



ACÓRDÃO Nº30/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº10941/2021.

Apensos: Processo nº 10945/2021 e 10943/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Orlando Cabral Holanda (Ordenador de Despesa) e Luis Filho Silva Borges (Gestor).

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAMM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº Parecer nº. 5540/2022 – DMP - MPC - ESB, às fls. 13376/13389, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF (U.G: 270101), referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Luis Filho Silva Borges**, Secretário da SEMINF, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF (U.G: 270101), referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Orlando Cabral Holanda**, Subsecretário da SEMINF e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº.



ACÓRDÃO Nº30/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Luis Filho Silva Borges, Secretário da SEMINF, no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, por atos ilegítimos/ antieconômicos que resultou em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de **06 a 09; e de 13 a 17** da Fundamentação do Voto e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Orlando Cabral Holanda, Subsecretário da SEMINF e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, por atos ilegítimos/ antieconômicos que resultou em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de **06 a 09; e de 13 a 17** da Fundamentação do Voto e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro



ACÓRDÃO Nº30/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.5. Considerar em Alcance, solidariamente, ao Senhor **Luis Filho Silva Borges**, Secretário da SEMINF, no valor de **R\$ 80.707,72 (oitenta mil, setecentos e sete reais e setenta e dois centavos)**, em razão das **Impropriedades nºs. 06; 13; 14; 15 e 16**; tudo em consonância com o artigo 304, inciso III, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas "c" e "d" e §2º, alíneas "a" da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea "a" da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).

10.6. Considerar em Alcance, solidariamente, ao Senhor **Orlando Cabral Holanda**, Subsecretário da SEMINF e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 80.707,72 (oitenta mil, setecentos e sete reais e setenta e dois centavos)**, em razão das **Impropriedades nºs. 06; 13; 14; 15 e 16**; tudo em consonância com o artigo 304, inciso III, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas "c" e "d" e §2º, alíneas "a" da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea "a" da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).

10.7. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do



ACÓRDÃO Nº30/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.7.1.** Ausência de justificativas para a elevada quantidade de valores lançados como Restos a Pagar Processados no exercício, esclarecendo critérios de pagamentos ou ausência dos mesmos junto aos fornecedores inscritos, uma vez que já cumpriram seus compromissos com a Unidade Gestora;
- 10.7.2.** Ausência de Nota de Liquidação e/ou Ordem Bancária para os empenhos listados;
- 10.7.3.** Não foram apresentados documentos com fundamentação e autorização legislativa que subsidie a Doação de Bens Patrimoniais adquiridos com recursos da SEMINF à SEMMAS e IMPLURB, apresentadas na Prestação de Contas Anuais, no valor total de R\$ 601.400,00;
- 10.7.4.** Ausência de justificativas para o lançamento e o pagamento de Pessoas Jurídicas com a rubrica “indenizações e Restituições – Pessoa Física”, no valor de R\$ 1.460.165,95 como constata-se no Relatório de Natureza da Despesa da SEMINF, referente ao exercício;
- 10.7.5.** Ausência de comprovação da Prestação de Contas ou das parcelas dos convênios firmados junto à União e que estão inseridos no Balancete Financeiro;
- 10.7.6.** Ausência de esclarecimento para o pagamento de multas e juros no valor de R\$ 3.296,29 relativo aos recolhimentos ao INSS, conforme constatado na movimentação contábil e financeira da SEMINF, referente ao exercício;
- 10.7.7.** Considerando que a função do Controle Interno é proteger o Patrimônio Público, seguindo normas voltadas para a fiscalização e o acompanhamento dos controles, registros e aplicação dos recursos públicos, zelando e protegendo dessa forma o Gestor Público, de penalidades e sanções futuras, dos órgãos de fiscalização do Poder Público e que no âmbito municipal há manifestação da Subsecretaria Municipal de Controle Interno, através dos Relatórios de Auditoria de Acompanhamentos de Gestão (Ciclos de Auditoria) deve o



ACÓRDÃO Nº30/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

gestor justificar as ausências de manifestação quanto às constatações apontadas nos 1º, 2º e 3º Relatórios de Auditoria de Acompanhamento de Gestão;

10.7.8. Ausência de justificativa ou apresentação de suporte documental da ausência de pesquisa de preços em desacordo com o artigo 15 da Lei nº. 8.666/1993 e do Termo de Referência dos Processo 2014/17428/17495/00004 – aquisição de leite em pó desnatado, instantâneo; e 2014/17428/17495/00040 – aquisição dos itens 1, 3 e 6 da Ata de Registro de Preços nº. 022/2014-GERP/SEMAD;

10.7.9. Ausência do encaminhamento da cópia do comprovante de pagamento referente à Despesa de Exercício Anterior no valor de R\$ 3.400,00 da Empresa Zênite Informação e Consultoria S/A referente ao pagamento de inscrição do Seminário Nacional “O que muda na terceirização dos serviços contínuos com as alterações da IN nº. 02/2008, 06/2013 e 03/2014 no período de 19 a 21.08.2014, constante no Processo 2014/17428/17495/00033;

10.7.10. Em relação ao Processo Administrativo 2014/17428/17495/000040, referente ao Pregão nº. 119/14-CML/PM – Ata de Registro de Preços nº. 022/2014-GERP/SEMAD, com o objetivo de Aquisição de Material de Higiene e Limpeza junto à Empresa Comércio de Alimentos e Bebidas Rio Madeira Ltda – EPP, justificar a ausência das propostas das empresas constantes na Planilha Comparativa;

10.7.11. Ausência por fiscal do Contrato, designado pela Administração, observando-se as disposições contidas no artigo 67, e seus parágrafos da Lei nº. 8.666/1993;

10.7.12. Ausência de Prazo de entrega do objeto em desacordo com o termo de Referência;

10.7.13. Quanto ao Processo Administrativo 2013/11217/11229/00070, com objeto de contratação de Serviços de Locação de Equipamentos pesados, contratados através do Pregão nº. 002/2013-SEMINF constatou-se no que tange ao pagamento já realizado pela SEMEF, no valor de R\$



ACÓRDÃO Nº30/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

610.233,44, que este fora realizado de forma imprecisa, uma vez que após o encerramento de 2014 a Assessoria Jurídica /SEMINF não se pronunciou por reconhecimento de dívida;

10.7.14. Em relação ao Processo 2013/11217/11229/00072 apresentar suporte documental ou recolher aos cofres públicos a diferença de diárias pagas a maior no valor de R\$ 54.871,42, para a Empresa Millennium Locadora dos veículos constantes nas tabelas;

10.7.15. Sobre os abastecimentos de veículos ocorridos no exercício, considerando o relatório de gestão emitido pela Empresa Petrocard, deve o gestor esclarecer os registros listados a seguir, que sugerem abastecimentos acima da capacidade dos tanques de combustíveis de cada modelo;

10.7.16. Ausência de justificativas quanto aos abastecimentos de veículos fora do horário permitido, compreendido entre 06h e 18h constantes na tabela, indo de encontro com as normas e procedimentos para a circulação de veículos oficiais previstos no artigo 9º, inciso II, do Decreto nº. 610, de 26.07.2010;

10.7.17. Ainda em relação aos combustíveis, ausência de justificativas para a prática de abastecimentos simultâneos em um mesmo veículo;

10.7.18. Desatualização da documentação pertinente às vidas funcionais, conforme constatação do Controle Interno no 2º Ciclo de Acompanhamento de Gestão.

10.8. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2023



ACÓRDÃO Nº30/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral